

## ANALFABETOS ABSOLUTOS NO BRASIL.

Quem são esses novos/velhos sujeitos?

*Luiz Carlos Gil Esteves*

### Resumo

Com base na análise do banco de dados disponibilizado pela PNAD Contínua - Educação 2022, abrangendo os anos 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022, desenha-se um breve perfil dos chamados analfabetos absolutos no Brasil, a partir das variáveis: localização, faixa etária, sexo e cor/raça. Ainda que informações a respeito do analfabetismo absoluto sejam recorrentes na mídia nacional, constatou-se que a produção acadêmica acerca do perfil desses sujeitos é escassa. De modo geral, em 2022, aferiu-se que estes somam mais de 9,5 milhões e 51% são homens. Maiores de 40 anos abarcam 89% e 54% são idosos (mais de 60 anos). Mulheres acima de 40 anos respondem por 46% do total, idosas somando 31%. Considerado o total de analfabetos em relação à população de 15 anos ou mais por região, predominam o Nordeste (11,7%) e o Norte (6,4%). Os 9 estados nordestinos ocupam as primeiras posições, liderados pelo Piauí (14,8%), Alagoas (14,4%) e Paraíba (13,6%). Negros (pretos e pardos) somam quase  $\frac{3}{4}$  do total de analfabetos absolutos, 64% na faixa acima de 40 anos. No Nordeste e Norte está também a maior concentração por cor/raça: 12,4% negros e 9,7% brancos e 6,9% negros e 4,5% brancos, respectivamente. No momento em o país se volta para a promulgação do futuro PNE (2024-2034), urge levar ao conhecimento da sociedade características básicas acerca de tais sujeitos, humanizando-os e, sobretudo, exigindo a empatia a que fazem jus no campo das políticas públicas educacionais a serem emanadas pelas três esferas de governo.

**Palavras-chave:** perfil do analfabetismo absoluto no Brasil; sujeitos da educação de jovens e adultos; direito à educação.

## ABSOLUTE ILLITERATES IN BRAZIL.

Who are these new/old people?

### Abstract

Based on the database made available by PNAD Contínua - Educação 2022, a brief profile of the so-called absolute illiterates in Brazil is drawn, based on the variables: location, age group, sex and color/race. Although information regarding absolute illiteracy is recurrent, it was found that academic production on its subjects' profile is scarce. In general, in 2022, it was found that these total more than 9.5 million and 51% are men. People over 40 years old comprise 89% and 54% are elderly (over 60 years old). Women over 40 years old account for 46% of the total, elderly women accounting for 31%. Considering the total number of illiterates in relation to the population aged 15 or over by region, the Northeast (11.7%) and the North (6.4%) predominate. The 9 northeastern states occupy the top positions, led by Piauí (14.8%), Alagoas (14.4%) and Paraíba (13.6%). Blacks (black and brown) make up almost  $\frac{3}{4}$  of the total illiterate population, 64% in the age group over 40 years old. The Northeast and North also have the highest concentration by color/race: 12.4% black and 9.7% white and 6.9% black and 4.5% white, respectively. As the country turns towards the promulgation of the future PNE (2024-2034), it is urgent to make society aware of basic characteristics about such subjects, humanizing them and, above all, demanding the empathy they are entitled to in the field of public educational policies to be issued by the three spheres of government.

**Keywords:** profile of absolute illiteracy in Brazil; youth and adult education's subjects; right to education.

## ANALFABETOS ABSOLUTOS EM BRASIL. ¿Quiénes son estos nuevos/viejos sujetos?

### Resumen

A partir del análisis de la base de datos PNAD Continua - Educação 2022, se traza un breve perfil de los llamados analfabetos absolutos en Brasil, a partir de las variables: ubicación, grupo de edad, sexo y color/raza. Aunque la información sobre el analfabetismo absoluto es recurrente, la producción académica sobre el perfil de sus sujetos resultó ser escasa. En general, en 2022 se encontró que estos suman más de 9,5 millones y el 51% son hombres. Las personas mayores de 40 años representan el 89% y el 54% son personas mayores (+ 60 años). Las mujeres mayores de 40 años representan el 46% del total y las de edad avanzada el 31%. Considerando el total de analfabetos en relación a la población de 15 años o más por región, predominan el Noreste (11,7%) y el Norte (6,4%). Los 9 estados del Noreste ocupan las primeras posiciones, liderados por Piauí (14,8%), Alagoas (14,4%) y Paraíba (13,6%). Los negros constituyen casi las tres cuartas partes de la población analfabeta total, 64% mayores de 40 años. El Noreste y el Norte también tienen la mayor concentración por color/raza: 12,4% negros y 9,7% blancos y 6,9% negros y 4,5% blancos, respectivamente. Mientras el país se encamina hacia la promulgación del futuro PNE (2024-2034), urge concientizar a la sociedad sobre características básicas de tales sujetos, humanizándolos y, sobre todo, exigiendo la empatía a la que tienen derecho en el ámbito de las políticas públicas educativas que deben emitir las tres esferas de gobierno.

**Palabras clave:** perfil del analfabetismo absoluto en Brasil; sujetos de educación de jóvenes y adultos; derecho a la educación.

### INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil atesta que quanto maior o avanço na conquista de direitos, novos e maiores obstáculos se apresentam, cuja complexidade caminha na mesma proporção dos saltos que são experimentados nessa trajetória de ampliação do que a pensadora alemã Hannah Arendt define como *mundo comum*<sup>1</sup>. Com base nisso, pode-se dizer que o acesso à educação por setores da sociedade até então privados desse direito tem uma de suas expressões máximas quando se faz representar sob a forma de lei.

Segundo Cury (2000), a trajetória da legislação educacional brasileira é extensa e secular, embora controversa, porque caracterizada por avanços e recuos notáveis ao longo de seu percurso. No que diz respeito à parcela da população de 15 anos ou mais daqueles que se declaram analfabetos absolutos no país, os dados mais recentes acessados durante a elaboração deste artigo não deixam dúvidas: a dívida do Estado brasileiro com esses sujeitos é enorme. Isto quer dizer, em outras palavras, que ela é proporcional à parcela de 9,560 milhões de pessoas acima dessa faixa etária, espalhadas por todo o território nacional, que se declaram incapazes de ler ou escrever um texto simples (Brasil, 2023). Para que se possa avaliar melhor a dimensão de tal dívida, estamos nos referindo a um contingente maior do que a população total de países como Israel, Emirados Árabes, Áustria, Suíça e Paraguai, entre uma extensa série de outros (The World Bank, 2024).

<sup>1</sup>Braga Filho (2021, p. 58-59) sintetiza o conceito arendtiano de mundo comum, ao definir que este “[...] surge quando os homens se unem e se tornam visíveis uns para os outros por meio do discurso. Por isso, o mundo comum é justamente esse espaço que surge entre os homens quando eles se unem, motivo pelo qual a política surge como interesse espaço [...]. O espaço ao qual Arendt se refere não consiste necessariamente num território, mas aquele que surge quando os seres humanos se agregam, isto é, segundo ela, quando ‘surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros’”.

Este quadro, entretanto, já há muito deveria ter sido superado. A legislação nacional, por exemplo, é pródiga em demonstrar que, ao menos em nível legal, muitas foram as iniciativas visando o enfrentamento desta persistente e perversa característica da sociedade brasileira. Se, por exemplo, tomamos como ponto de partida a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), vemos que nela, desde sua promulgação, a *erradicação do analfabetismo*, assim literalmente expressa<sup>2</sup>, sempre figurou como primeira meta a ser atingida pelo Artigo 214, que ordena o estabelecimento, por lei, do Plano Nacional de Educação:

[...] de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009):

I - erradicação do analfabetismo;

Mais recente, e já na sua reta final, a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) - Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014) – representa outro importantíssimo marco legal, no sentido de estabelecer patamares, estratégias e prazos para o cumprimento de preceitos fundamentais que, em hipótese, assegurariam o direito à educação no Brasil. No que diz respeito à educação de jovens e adultos (EJA), modalidade educativa, dentre outras competências, diretamente responsável pela alfabetização de pessoas a partir dos 15 anos de idade, das 20 metas estabelecidas no PNE a serem alcançadas até 2024, três estão intimamente vinculadas a ela, quais sejam:

- Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
- Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Entretanto, no que pese o fato de estas metas terem força legal, uma vez que oriundas de lei prevista no Artigo 214 da Constituição Federal já citado, as informações oficiais mais recentes, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), até a elaboração deste artigo (Brasil, 2022), atestam que estamos longe de atender condignamente tais preceitos até a data final de vigência do PNE (qual seja, 24 de junho de 2024), conforme veremos a seguir:

- No que concerne à meta 8, no período de 2012 a 2021, os números apresentaram tendência de crescimento, mas em ritmo lento, sinalizando que nenhum deles será atingido no prazo

<sup>2</sup> A discussão sobre o sentido do termo não constitui objeto deste estudo; entretanto, é interessante pontuar que o emprego do verbo *erradicar*, cujo significado literal é *arrancar pela raiz*, é mais comumente associado a campanhas no campo da saúde pública visando à eliminação de doenças infectocontagiosas.

estipulado. Em 2021, por exemplo, dos pouco mais de 40 milhões de jovens entre 18 e 29 anos de idade no Brasil, 29,5% (11.880.456) ainda não possuíam o ensino médio completo, o que representaria 12 anos de estudo; por sua vez, a escolaridade média de negros era de 11,3 anos contra 12,4 anos de não negros.

- Como já vimos, a meta 9, que abrange especificamente os sujeitos-alvo deste estudo, também está longe de ser cumprida, tendo abarcado, em 2022, um contingente de quase 9,6 milhões de analfabetos absolutos; por sua vez, no que pese o fato de a taxa de analfabetismo funcional ter sinalizado tendência de queda entre 2012 e 2021 (11,4%), está ainda distante do percentual de 8,9% projetado para 2024.
- Por fim, a décima é, sem dúvida, a que apresenta os indicadores mais sofríveis de todo o conjunto de metas e submetas estabelecidas no PNE 2014-2024, confirmando o abandono a que vem sendo submetida a EJA ao longo da história da educação brasileira: ainda que sua oferta integrada à educação profissional tenha sido fixada em, no mínimo, 25% até 2024, no ano de 2021, tal oferta chegou a pífios 2,2%, percentual ainda mais baixo do que os já exíguos 2,8% atestados no início do PNE, em 2014<sup>3</sup>.

É a partir deste cenário – cuja principal característica é a não efetivação de alguns dos direitos fundamentais duramente conquistados pelas classes populares ao longo do percurso histórico da educação no país – que o presente artigo se propõe traçar um brevíssimo perfil dos sujeitos com 15 anos ou mais que se autodeclararam analfabetos absolutos. Para tanto, vale-se de números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca da taxa de analfabetismo absoluto que afeta este contingente populacional, provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e compilados em banco de dados e estudo intitulado PNADC – Educação 2022 (Brasil, 2023). Neste banco, são oferecidas informações acerca dos anos 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022, contemplando as seguintes variáveis: grupo de idade, sexo, cor/raça e Brasil e regiões<sup>4</sup>. Todos os números aqui analisados encontravam-se, até março de 2024, no *site* <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=36982&t=resultados>.

Destaca-se que, durante o processo de elaboração deste artigo, o IBGE já vinha divulgando alguns dados provenientes do censo demográfico realizado no país em 2022, mas sem abordar, até então, quaisquer indicadores educacionais coletados na pesquisa. Por conta disso, considerando o

<sup>3</sup> Embora não seja intenção aprofundar o debate acerca dos fundamentos e da trajetória da EJA no contexto da educação brasileira, Paiva (2006, p. 538) oferece pistas acerca dos percalços por que passa esta modalidade desde sempre, quando “desenha” as tendências que a educação de jovens e adultos assumiu, ao longo de sua história, muito mais “[...] como um campo político em disputa pelo direito, tensionando a esfera pública estatal a garantir e manter modos de oferta, do que pela disputa de incorporações nos instrumentos legais que podem consolidar a educação de jovens e adultos nos orçamentos, assegurando organicamente políticas de atendimento”.

<sup>4</sup> Sobre a redução tanto na abordagem de algumas variáveis quanto na ausência total de quaisquer dados relativos aos anos de 2020 e 2021 no material disponibilizado pelo IBGE no referido site, transcrevemos as observações metodológicas nele apresentadas: “[...] a partir do segundo trimestre de 2020, ano inicial da pandemia de Covid-19, o IBGE alterou a forma de coleta dos dados da PNADC Contínua, passando a realizar as entrevistas, antes presenciais, exclusivamente por telefone, até o final do segundo trimestre de 2021. Essa modalidade de obtenção dos dados gerou impactos na coleta e, conseqüentemente, uma redução considerável na taxa de aproveitamento da amostra. Além disso, para reduzir a carga de perguntas de um questionário originalmente construído para entrevistas presenciais dos informantes, deliberou-se pela manutenção da coleta dos indicadores básicos de educação e pela suspensão temporária da aplicação do bloco de perguntas sobre a educação profissional nos anos de 2020 e 2021. Devido à ausência de tais informações, o IBGE optou por não realizar as divulgações do tema educação em sua versão expandida para os citados anos, razão pela qual o plano tabular ora publicado abarca, além do ano de 2022, o período de 2016 a 2019”.

prazo de envio para a composição desta seção temática (início de março de 2024), como ainda o fato de serem as estatísticas oficiais divulgadas na PNADC – Educação 2022 as mais recentes e confiáveis acerca do analfabetismo absoluto que afeta o enorme contingente populacional aqui referido, optamos por lançar mão das mesmas, com o propósito de jogar luz sobre um estrato da sociedade brasileira tão recorrentemente esquecido e, pior, invisibilizado, no campo das políticas públicas em educação.

Cumpre destacar que, na tentativa de melhor circunstanciar nossa abordagem, procuramos cotejá-la à luz de outros estudos acadêmicos que caracterizassem a situação mais atualizada acerca do perfil dos analfabetos absolutos no Brasil, preferencialmente ancorados na análise de dados provenientes da PNADC. Entretanto, em virtude de uma série de fatores - entre eles, mudanças na metodologia empregada pelo IBGE na obtenção e tratamento das informações, disponibilização pública ainda recente dos números que são aqui utilizados etc. -, tivemos somente acesso a reportagens, notas para a imprensa e entrevistas realizadas ou concedidas por ocasião do lançamento do estudo PNAD Contínua – Educação 2022, em junho de 2023.

O texto acadêmico mais recente que encontramos contendo, entre outras informações, um perfil reduzido do analfabetismo absoluto no país, foi o intitulado *É possível erradicar o analfabetismo absoluto no Brasil até 2024?*, de autoria de Bolivar Alves de Oliveira (2022). Nele, o autor - com base nas séries históricas dos quantitativos de analfabetos, de 2012 a 2021, também supostamente oriundos da PNADC, em nível Brasil, regiões, unidades federativas e por grupos etários (adolescentes de 15 a 18 anos; jovens de 19 a 29 anos; adultos de 30 a 59 anos; e idosos de 60 anos ou mais), bem como em dados de 2021 acerca de adolescentes, jovens, adultos e idosos analfabetos fora e dentro da escola - defende que o *fenômeno* do analfabetismo absoluto ainda persistirá em todas as faixas etárias visitadas, situação que, obviamente, resultará no não cumprimento da meta 9 do PNE 2014-2024 (Oliveira, 2022, p. 181), assertiva com a qual concordamos plenamente. É mandatório esclarecer que o emprego do termo *supostamente*, de nossa parte, dá-se porque, em pesquisa no *hiperlink* fornecido pelo autor, não encontramos mais a base de dados referida. Convém ainda registrar que, no que pese o fato de tanto o nosso quanto o estudo de Oliveira (2022) abordarem anos idênticos (2016, 2017, 2018 e 2019), os números disponibilizados pela - suposta - mesma base (PNADC) são completamente diferentes, variando para cima em cerca de 10% neste último. Por este motivo, ou seja, a divergência marcante nos quantitativos que servem de base para as inferências aqui realizadas, optamos por evitar comparações tanto com o texto de Oliveira (2022) quanto com os demais a que tivemos acesso.

No mais, e até onde foi possível perceber, ainda que dados mais gerais acerca do analfabetismo absoluto no país sejam bastante conhecidos, são poucos os estudos disponíveis traçando um perfil mais sistemático daqueles que são/estão alijados do direito mais basililar na esfera educacional, a alfabetização. Espera-se, portanto, com este modesto aporte, levantar algumas pistas que, além de oferecerem elementos capazes de subsidiar políticas e ações visando ao enfrentamento dessa persistente e inaceitável condição na sociedade brasileira - sobretudo neste momento de mobilização nacional em torno da institucionalização do futuro Plano Nacional de Educação 2024-2034<sup>5</sup> -, também fomentem a realização de outros trabalhos mais aprofundados dando conta de onde estão e quem são esses potenciais *novos/velhos* sujeitos da EJA.

---

<sup>5</sup> As demandas da sociedade brasileira organizada com vista à oferta de subsídios a serem contemplados na formulação do novo PNE - com ênfase, sobretudo, na implementação de políticas públicas capazes de reverter o quadro em que se encontra a educação nacional, entre as quais tem papel de destaque o enfrentamento do analfabetismo absoluto - podem ser acessadas no documento *Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação*



## ALGUNS BREVES PONTOS DE PARTIDA

Embora não seja objeto específico deste artigo fomentar o debate acerca dos sentidos atribuídos tanto ao termo *alfabetização* quanto ao de *analfabeto* e suas múltiplas derivações, na revisão bibliográfica realizada durante a elaboração textual, verificamos que a produção acadêmica nesse campo é ampla e complexa. Assim, com vista a um melhor delineamento do quadro teórico-metodológico que guia nossas observações, alguns brevíssimos esclarecimentos se fazem necessários.

Especificamente no campo da linguística, Macedo (2003), em sua tese de doutoramento, ao realizar a distinção entre os conceitos de escolarização e letramento, define o primeiro como a ação ou efeito de sujeitar-se ao ensino escolar e o segundo como “[...] o uso das habilidades de leitura, de escrita e de raciocínio numérico para atingir objetivos, desenvolver o próprio conhecimento e agir na sociedade” (Macedo, 2003, p. 1). No que diz respeito à alfabetização, classifica-a como um processo:

[...] de aquisição individual de habilidades para a leitura e escrita; trata-se da aprendizagem de habilidades específicas, como por exemplo, relacionar símbolos escritos com unidades sonoras (fonemas) os quais, associados a um processo de construção de sentido, evoluem para o que se chama de letramento.

No que concerne ao termo *analfabeto*, Madalena Freire, filha do educador Paulo Freire, por exemplo, defende que este não seja empregado para significar que uma pessoa é iletrada. A seu ver, o que de fato existe é a exclusão de pessoas em relação aos símbolos e letras do alfabeto, uma vez que, em suas palavras “[...] ninguém deixa de ler o mundo” (Agência Brasil, 2003).

Ao se perguntar sobre o que seria o *analfabetismo absoluto*, bem como o sentido da expressão *erradicação do analfabetismo*, Oliveira (2022, p. 184), utilizando-se das palavras do próprio Paulo Freire, argumenta que “[...] o analfabetismo é uma manifestação concreta de uma realidade permeada por injustiças sociais; portanto, é um problema político cuja solução (a alfabetização) também é uma questão política”. Prossegue afirmando que, pela óptica freiriana, erradicar o analfabetismo compreende o processo de “[...] alfabetizar politicamente as pessoas para transformarem criticamente a realidade social opressora em que vivem (Freire, P., 1970), pois o analfabetismo é um fenômeno social e político reproduzido por um processo histórico de exclusão (Ferraro, 1991; Freire, A., 1989)” (Oliveira, 2022, p. 184-185).

Ancorados nesses pressupostos, e a exemplo de Oliveira (2022, p. 185), no presente trabalho optamos pela utilização dos termos *analfabetismo absoluto*, *analfabetismo total* ou simplesmente *analfabetismo* a partir daquilo que o autor classifica como sua *definição operacional*, ou seja, a incapacidade de alguém se expressar minimamente através da leitura e da escrita, conforme critério definido pelo IBGE, a partir da resposta negativa à pergunta *sabe ler e escrever um bilhete simples?*

Como já sinalizado, por estar fundamentada quase que exclusivamente na interpretação de dados pré-existentes, provenientes, na sua maioria, da PNADC, esta pode ser classificada como uma pesquisa do tipo descritiva. Segundo Gil (2002, p. 42), tal definição se justifica pelo fato de ela ter como objetivo principal a “[...] descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Ainda segundo Gil (2002, p.

---

*como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável*, recentemente produzido pela Conferência Nacional de Educação (Conae), edição 2024, convocada em caráter extraordinário pela Presidência da República, por meio de decreto presidencial (Conae, 2024).

45), este trabalho também se inscreve no âmbito da pesquisa documental, pois, embora siga os mesmos passos da bibliográfica, difere-se dela, uma vez que esta última “[...] se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, [ao passo que a] documental vale-se de materiais que, [ou ainda não receberam] um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Nesse sentido, é importante deixar claro que a opção por trabalhar com dados estatísticos encontra-se intimamente relacionada ao esforço de “[...] tratá-los de forma leve e acessível, na tentativa de romper com alguns limites ainda hoje observados na esfera da pesquisa em educação, em especial, sua resistência de estabelecer um diálogo profícuo com tais ferramentas ‘quantitativas’” (Esteves, 2017, p. 109), sem, no entanto, prescindir do rigor necessário à sua análise. Por esse caminho, tais insumos são aqui concebidos:

[...] como elementos fundamentais para uma primeira, mas consistente, aproximação com o universo investigado, capazes de oferecer pistas importantes, ou, no sentido figurado, chaves-mestras para uma entrada mais segura em alguns campos de visita indispensável, com vistas ao seu melhor desvelamento. [...] [Em outras, palavras, uma ferramenta] capaz de mapear territórios, levantar discussões e, quem sabe, suscitar outras pesquisas acerca das fragilidades e avanços observados, no sentido do aprimoramento da oferta obrigatória dessa etapa educacional por parte do poder público à sociedade brasileira, uma vez que este é, em última instância, o responsável direto por ela (Esteves, 2017, p. 109).

Feitos estes rápidos esclarecimentos preliminares a título de mapeamento teórico-metodológico do material a ser aqui visitado, passamos, no tópico seguinte, à apresentação dos dados de que lançamos mão para delinear o breve perfil da população autodeclarada analfabeta absoluta no período em tela.

## O ANALFABETISMO ABSOLUTO NO BRASIL EM NÚMEROS

Como referido, este trabalho se fundamenta na série de informações divulgadas pelo IBGE, através do banco de dados PNADC – Educação 2022<sup>6</sup>, as quais se constituem, até a data de elaboração deste artigo, as mais recentes e confiáveis acerca do tema-alvo. Visando uma melhor compreensão das mesmas, estas serão aqui apresentadas em tabelas e figuras contendo tanto porcentagens quanto números, devendo estes últimos serem multiplicados por 1000. Em razão de 2022 contemplar o perfil mais atualizado acerca do analfabeto absoluto no Brasil, tal ano será priorizado na análise e seguindo convenção adotada pelo IBGE, as indicações de cor ou raça *preta* e *parda* estão agrupadas na variável *negra*<sup>7</sup>.

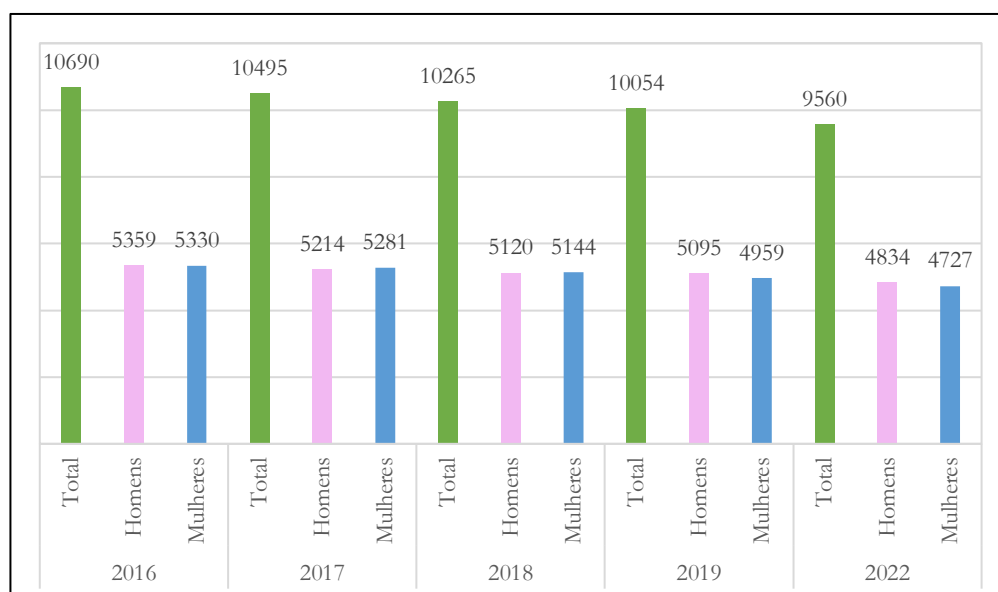
A Figura 1 apresenta o número total de analfabetos absolutos estimado no país em cada ano da amostra, desagregado por sexo. Como fica evidente, a taxa decaiu cerca de 12% no período, num ritmo praticamente uniforme, sugerindo que este não foi afetado pelos anos mais difíceis da pandemia de Covid-19 (2020 e 2021). As variações entre os sexos se mantêm equânimes nos 3 anos

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=36982&t=resultados>. Acesso em 9 mar. 2024.

<sup>7</sup> Para uma melhor compreensão dos números e percentuais trabalhados neste estudo, informa-se que a PNADC estimou a população total do país, no ano 2022, em 213.940.000 pessoas. Quanto ao sexo, 109.381.000 (51,1%) seriam mulheres e 104.559.000 (48,9%) homens; em relação à raça ou cor, 119.342.000 seriam pretos ou pardos (55,8%, aqui referidos como negros) e 92.228.000 brancos (43,1%).

iniciais, mas em 2019 e 2022, os homens passam a liderar o contingente, com cerca de 2 pontos percentuais acima das mulheres (51%). Assim, chegamos a 2022 com uma população analfabeta absoluta de 9.560.000 (nove milhões, quinhentos e sessenta mil) pessoas, representando cerca de 4,4% da população total do país estimada pela PNADC naquele ano (213.940.000), ou 5,6% de toda a parcela de 15 anos ou mais (170.096.000), menor percentual este em todo o período pesquisado, representando recuos de 10,6% e 5% em relação aos anos de 2016 e 2019, respectivamente.

**Figura 1: Total de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais no Brasil, por sexo (mil pessoas)**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

Ao serem decompostos por faixa etária, os dados anteriores se organizam como indicado na Tabela 1, a seguir, em que os totais estão em números e as proporções de cada faixa em percentuais. De modo geral, as maiores porcentagens de analfabetismo total estão nas faixas a partir de 40 anos. Entretanto, é entre os considerados idosos (idade superior a 60 anos), que o percentual abarca o seu quinhão mais expressivo, congregando cerca de 50% ou mais da população analfabeta absoluta em todos os anos pesquisados. No que diz respeito às distinções de sexo, nas três primeiras faixas, há nenhuma ou pouca variação entre homens e mulheres. Entretanto, nas faixas que agregam pessoas de 40 anos ou mais, as mulheres assumem notável liderança, sobretudo a partir dos 60 anos, com números de, no mínimo, 12 pontos percentuais acima dos homens. Quanto ao último ano pesquisado, 2022, as pessoas com mais de 40 anos representam 89% dos analfabetos absolutos do país, sendo a faixa de idosos responsável por mais da metade do total (54% de 9.560.000 ou 16% sobre o total da população nessa faixa etária: 32.239.000), ainda que, em relação a 2016, esta tenha sido a faixa que mais caiu: 4,5 p.p. No que diz respeito ao sexo feminino, mulheres acima de 40 anos respondem pela quase metade do contingente total de analfabetos (46%), ao passo que as com idade superior a 60 anos somam 31%.



**Tabela 1: Pessoas analfabetas de 15 anos ou mais no Brasil, por sexo e faixa etária (mil pessoas)**

Brasil															
Faixa etária	2016			2017			2018			2019			2022		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
15 anos ou +	10690	50%	50%	10495	50%	50%	10265	50%	50%	10054	51%	49%	9560	51%	49%
18 anos ou +	10621	50%	50%	10436	50%	50%	10207	50%	50%	10005	51%	49%	9515	50%	50%
25 anos ou +	10387	50%	50%	10209	49%	51%	10000	49%	51%	9785	50%	50%	9344	50%	50%
40 anos ou +	9035	47%	53%	8965	47%	53%	8871	48%	52%	8733	48%	52%	8501	49%	51%
60 anos ou +	5290	42%	58%	5193	42%	58%	5222	42%	58%	5230	44%	56%	5171	43%	57%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

Quando distribuídos os dados pelas regiões do país, deparamo-nos com o panorama oferecido pela Tabela 2, que, em linhas gerais, reafirma as persistentes desigualdades regionais presentes na história da formação da sociedade brasileira. Assim, o que salta imediatamente aos olhos é a elevada concentração, em números absolutos, de analfabetos no Nordeste: em todos os anos da amostra, ela se mantém praticamente constante, oscilando entre 55% e 56%. Mulheres com mais de 60 anos mantêm a liderança em todo o período, sobretudo no Sul, Sudeste e Centro-Oeste; por sua vez, os homens se mantêm à frente nas regiões em que o analfabetismo é mais recorrente - quais sejam, Norte e Nordeste - em todas as faixas etárias, com exceção da de 60 anos ou mais. Em 2022, em números absolutos, além do Nordeste (55%), seguem, bem abaixo, o Sudeste (22%), Norte (9%), Sul (8%) e Centro-Oeste (6%).

**Tabela 2: Pessoas analfabetas de 15 anos ou mais nas regiões, por sexo e faixa etária (mil pessoas)**

Norte															
Faixa etária	2016			2017			2018			2019			2022		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
15 anos ou +	990	54%	46%	966	53%	47%	972	54%	46%	937	54%	46%	905	54%	46%
18 anos ou +	980	54%	46%	960	53%	47%	965	54%	46%	930	54%	46%	900	54%	46%
25 anos ou +	949	54%	46%	925	53%	47%	936	54%	46%	902	53%	47%	878	54%	46%
40 anos ou +	808	52%	48%	787	51%	49%	819	52%	48%	767	52%	48%	773	53%	47%
60 anos ou +	426	48%	52%	417	47%	53%	445	48%	52%	435	49%	51%	461	49%	50%
Nordeste															
Faixa etária	2016			2017			2018			2019			2022		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
15 anos ou +	5891	53%	47%	5886	53%	47%	5645	53%	47%	5678	53%	47%	5284	53%	47%
18 anos ou +	5850	53%	47%	5854	53%	47%	5616	53%	47%	5652	53%	47%	5260	53%	47%
25 anos ou +	5729	52%	48%	5731	52%	48%	5510	53%	47%	5541	53%	47%	5172	53%	47%
40 anos ou +	4851	50%	50%	4931	50%	50%	4778	51%	49%	4892	51%	49%	4677	52%	48%
60 anos ou +	2630	45%	55%	2637	46%	54%	2602	45%	55%	2735	47%	53%	2613	46%	54%
Sudeste															
Faixa etária	2016			2017			2018			2019			2022		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
15 anos ou +	2410	43%	57%	2296	43%	57%	2256	43%	57%	2168	46%	54%	2121	45%	55%
18 anos ou +	2401	43%	57%	2283	43%	57%	2246	43%	57%	2160	46%	54%	2112	45%	55%
25 anos ou +	2348	42%	58%	2235	43%	57%	2194	42%	58%	2106	45%	55%	2073	45%	55%
40 anos ou +	2143	40%	60%	2039	41%	59%	2021	41%	59%	1939	43%	57%	1913	43%	57%
60 anos ou +	1425	36%	64%	1333	35%	65%	1348	37%	63%	1306	38%	62%	1327	38%	62%
Sul															
Faixa etária	2016			2017			2018			2019			2022		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
15 anos ou +	779	46%	53%	764	42%	58%	786	44%	56%	718	44%	56%	724	43%	57%
18 anos ou +	773	46%	54%	758	41%	59%	779	43%	56%	712	44%	56%	719	42%	58%
25 anos ou +	755	46%	54%	744	41%	59%	765	43%	57%	695	43%	57%	703	41%	59%
40 anos ou +	680	43%	57%	682	39%	61%	707	42%	58%	643	42%	58%	655	40%	60%
60 anos ou +	466	40%	59%	472	35%	65%	485	37%	63%	437	38%	62%	467	38%	62%
Centro-Oeste															
Faixa etária	2016			2017			2018			2019			2022		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
15 anos ou +	620	49%	51%	583	49%	51%	605	50%	50%	553	49%	51%	526	50%	51%
18 anos ou +	617	49%	51%	582	48%	52%	602	50%	50%	550	49%	51%	524	49%	51%
25 anos ou +	605	49%	51%	575	48%	52%	594	49%	51%	540	49%	51%	518	49%	51%
40 anos ou +	553	48%	52%	527	47%	53%	546	48%	52%	492	46%	54%	482	48%	52%
60 anos ou +	343	46%	55%	333	45%	55%	342	44%	56%	317	42%	58%	304	42%	58%

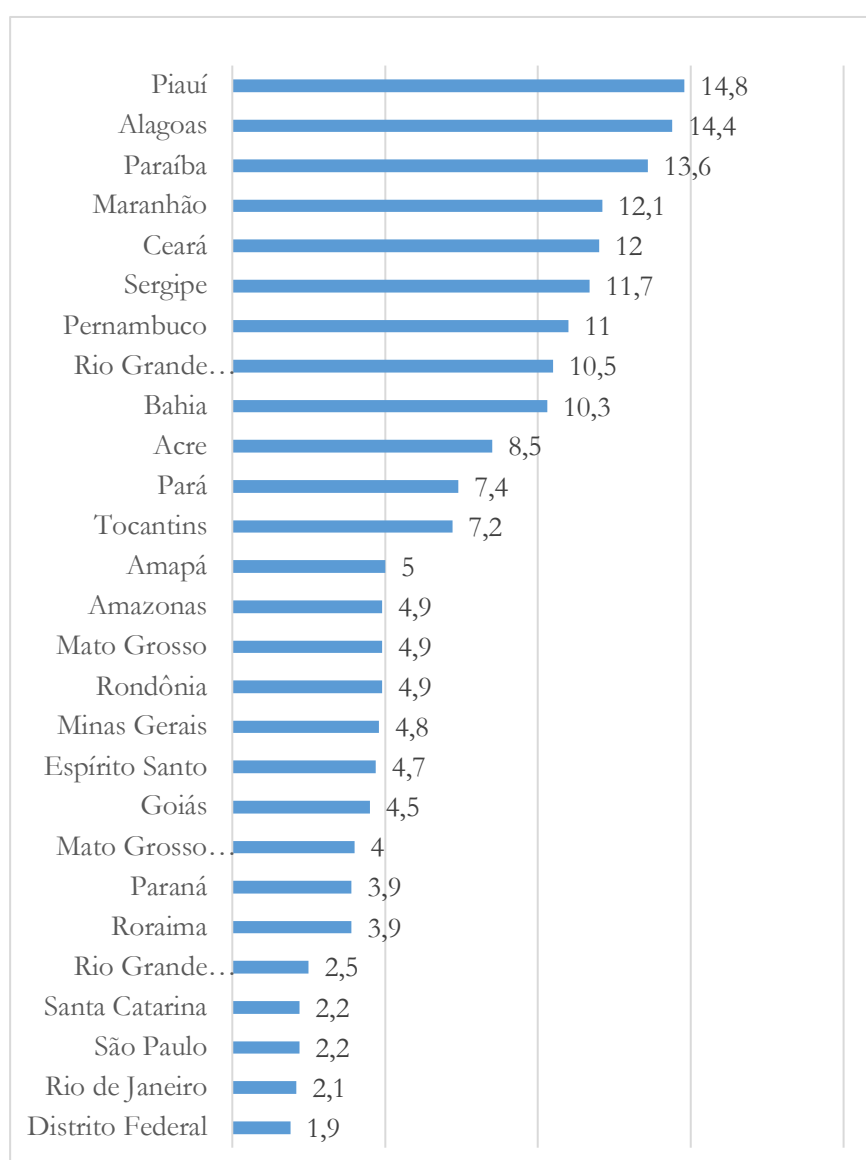
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

No entanto, ao ser considerado o percentual total de analfabetos em relação à população de 15 anos ou mais de cada região, temos, em ordem decrescente, no ano de 2022, o Nordeste

liderando com folga esse *ranking* (11,7%), seguido, mais de 5 pontos percentuais abaixo, pelo Norte (6,4%), Centro-Oeste (4%), Sul (3%) e Sudeste (2,9%).

Prosseguindo nesta lógica, ao decompor, também em ordem decrescente, os números anteriores pelas 27 unidades federadas do país, encontramos, em 2022, as taxas de analfabetismo absoluto apresentadas na Figura 2. Nesta, o que salta imediatamente aos olhos é o fato de absolutamente todos os nove estados do Nordeste ocuparem as primeiras posições, capitaneados pelo Piauí (14,8%), Alagoas (14,4%) e Paraíba (13,6%). Por outro lado, o Distrito Federal é a unidade que apresenta a menor taxa (1,9%), antecedida pelo Rio de Janeiro (2,1%) e por São Paulo e Santa Catarina (ambos com 2,2%).

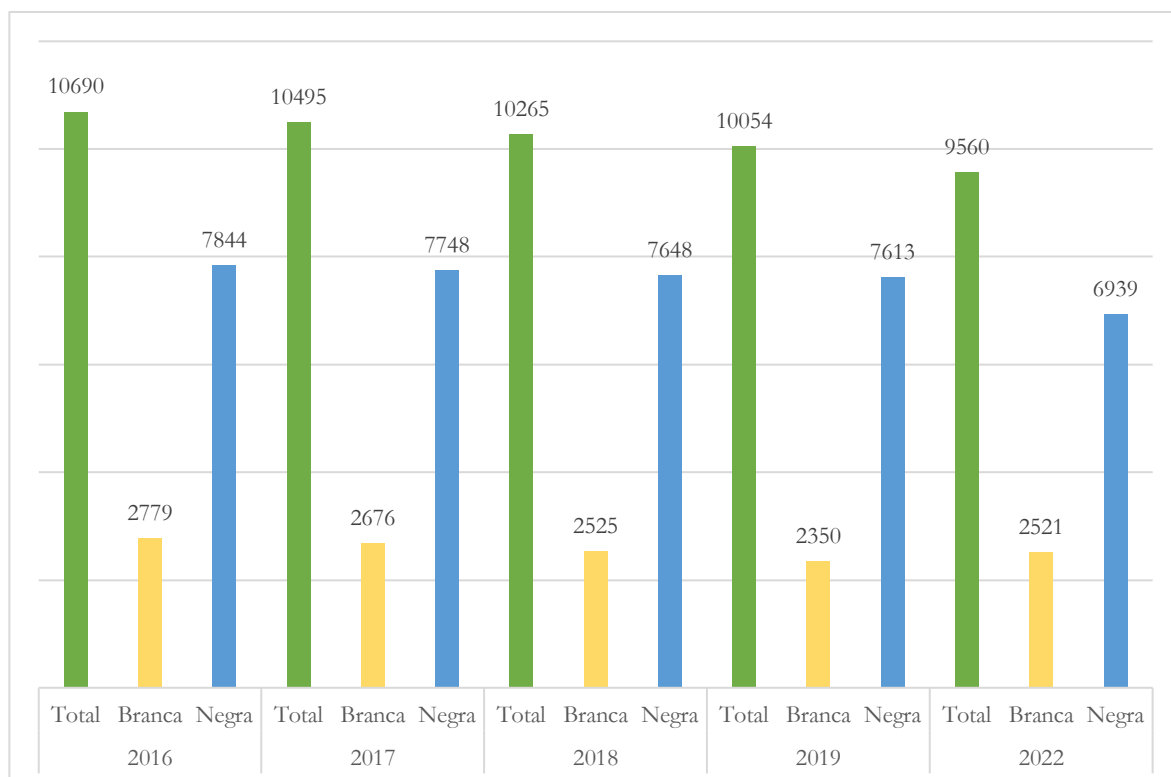
**Figura 2: Taxa de analfabetismo absoluto, em 2022, por unidade da federação (%)**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

A Figura 3, seguinte, traz o número total de analfabetos absolutos considerando a cor ou raça no país, por ano pesquisado. Como vemos, a herança de nosso passado escravocrata deixou marcas indeléveis nos indicadores educacionais brasileiros, cujo analfabetismo absoluto constitui uma de suas mais reveladoras expressões: em todo o período visitado, o número absoluto de negros analfabetos supera com folga o de brancos, representando cerca de 75% das pessoas nessa condição. No que tange à incidência do analfabetismo no conjunto da população acima de 15 anos no país, este atinge 7,4% dos negros e 3,4% dos brancos. Destaca-se que a taxa de brancos, que experimentou declínio até 2019, sobe mais no período da pandemia (7,3%), praticamente regredindo ao número de 2018, ao contrário da de negros, sempre descendente, circunstância esta que aponta para a realização de outros estudos capazes de explicar o fenômeno. Especificamente em 2022, ao passo que se verifica um recuo de 3 pontos no percentual de negros analfabetos em relação a 2019 (73% e 76%), atesta-se uma elevação no mesmo patamar entre os brancos: 23% e 26%, respectivamente.

**Figura 3: Total de pessoas analfetas de 15 anos ou mais no Brasil, por cor ou raça (mil pessoas)**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

Quando os dados são distribuídos por faixa etária, oferecem a situação descrita na Tabela 3. No que pese a constatação de, como já assinalado, os números relativos ao analfabetismo absoluto virem declinando ao longo do período (como prova a diminuição de 1.130.000 pessoas entre 2016 e 2022), fato é que, considerada a cor ou raça, a distribuição perversa, em termos percentuais, se mantém praticamente equilibrada em todos os anos; assim, até a faixa dos 40 anos

ou mais, temos os índices mais elevados, os quais, ao contrário do que ocorre na desagregação por sexo, diminuem levemente na faixa de idosos. Especificamente, em 2022, ainda que os números absolutos sejam menores em comparação a 2016, os percentuais são praticamente idênticos. Um outro dado importante diz respeito ao fato que 64% (6.158.000) do total de analfabetos no país estão concentrados na faixa de pessoas negras com mais de 40 anos.

**Tabela 3: Pessoas analfabetas de 15 anos ou mais no Brasil, por cor e faixa etária (mil pessoas)**

Brasil															
Faixa etária	2016			2017			2018			2019			2022		
	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra
15 anos ou +	10690	26%	73%	10495	25%	74%	10265	25%	75%	10054	23%	76%	9560	26%	73%
18 anos ou +	10621	26%	73%	10436	25%	74%	10207	25%	75%	10005	23%	76%	9515	26%	73%
25 anos ou +	10387	26%	73%	10209	25%	74%	10000	25%	75%	9785	23%	76%	9344	26%	73%
40 anos ou +	9035	27%	73%	8965	26%	73%	8871	25%	74%	8733	24%	75%	8501	26%	72%
60 anos ou +	5290	30%	69%	5193	29%	71%	5222	28%	71%	5230	26%	73%	5171	30%	69%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

Na Tabela 4, os números anteriores se encontram desagregados por faixa etária nas 5 regiões do país e também refletem, por meio da variável cor ou raça, as enormes desigualdades regionais verificadas historicamente no Brasil. Como as diferenças percentuais no período são muito pequenas, focaremos nossa análise apenas em 2022. Neste ano, a região Norte é a que concentra o maior índice de negros em relação ao total da população analfabeta no país (84%), seguida pelo Nordeste (79%), Centro-Oeste (72%), Sudeste (63%) e Sul (42%), única região em que a taxa entre os brancos é maior. No que diz respeito à faixa etária, com exceção da Centro-Oeste, que não apresenta variação, acompanhando a tendência verificada na Tabela anterior, a população idosa negra das demais regiões exibe percentuais inferiores aos das faixas mais jovens, decaindo cerca de 2 pontos percentuais.



**Tabela 4: Pessoas analfabetas de 15 anos ou mais nas regiões, por cor e faixa etária (mil pessoas)**

Norte															
Faixa etária	2016			2017			2018			2019			2022		
	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra
15 anos ou +	990	13%	86%	966	15%	84%	972	13%	85%	937	13%	86%	905	14%	84%
18 anos ou +	980	12%	86%	960	15%	84%	965	13%	85%	930	12%	86%	900	13%	85%
25 anos ou +	949	12%	86%	925	14%	84%	936	14%	85%	902	12%	86%	878	14%	85%
40 anos ou +	808	13%	86%	787	15%	84%	819	14%	84%	767	13%	86%	773	13%	85%
60 anos ou +	426	15%	84%	417	16%	83%	445	14%	84%	435	14%	84%	461	15%	83%
Nordeste															
Faixa etária	2016			2017			2018			2019			2022		
	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra
15 anos ou +	5891	19%	80%	5886	18%	81%	5645	18%	81%	5678	18%	81%	5284	20%	79%
18 anos ou +	5850	19%	80%	5854	18%	81%	5616	18%	81%	5652	18%	81%	5260	20%	79%
25 anos ou +	5729	19%	80%	5731	18%	81%	5510	18%	81%	5541	18%	81%	5172	20%	79%
40 anos ou +	4851	19%	80%	4931	19%	81%	4778	18%	81%	4892	18%	81%	4677	21%	78%
60 anos ou +	2630	22%	78%	2637	19%	80%	2602	20%	79%	2735	19%	80%	2613	23%	76%
Sudeste															
Faixa etária	2016			2017			2018			2019			2022		
	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra
15 anos ou +	2410	37%	62%	2296	37%	62%	2256	35%	65%	2168	33%	66%	2121	36%	63%
18 anos ou +	2401	37%	62%	2283	37%	62%	2246	35%	65%	2160	33%	66%	2112	36%	63%
25 anos ou +	2348	37%	62%	2235	37%	62%	2194	35%	65%	2106	33%	67%	2073	36%	63%
40 anos ou +	2143	38%	62%	2039	38%	61%	2021	34%	65%	1939	33%	66%	1913	36%	63%
60 anos ou +	1425	40%	59%	1333	41%	59%	1348	37%	62%	1306	36%	63%	1327	38%	61%
Sul															
Faixa etária	2016			2017			2018			2019			2022		
	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra
15 anos ou +	779	60%	39%	764	59%	41%	786	55%	44%	718	52%	47%	724	57%	42%
18 anos ou +	773	60%	39%	758	59%	41%	779	55%	44%	712	52%	47%	719	57%	42%
25 anos ou +	755	59%	40%	744	58%	41%	765	55%	44%	695	52%	47%	703	56%	43%
40 anos ou +	680	59%	40%	682	58%	42%	707	54%	45%	643	51%	48%	655	56%	43%
60 anos ou +	466	62%	38%	472	60%	39%	485	58%	41%	437	54%	45%	467	58%	40%
Centro-Oeste															
Faixa etária	2016			2017			2018			2019			2022		
	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra
15 anos ou +	620	27%	73%	583	26%	74%	605	24%	75%	553	25%	74%	526	27%	72%
18 anos ou +	617	27%	73%	582	25%	74%	602	24%	75%	550	25%	75%	524	27%	72%
25 anos ou +	605	27%	73%	575	25%	74%	594	24%	75%	540	25%	74%	518	27%	72%
40 anos ou +	553	26%	73%	527	25%	74%	546	24%	75%	492	25%	74%	482	27%	72%
60 anos ou +	343	28%	71%	333	27%	73%	342	26%	73%	317	26%	73%	304	27%	72%

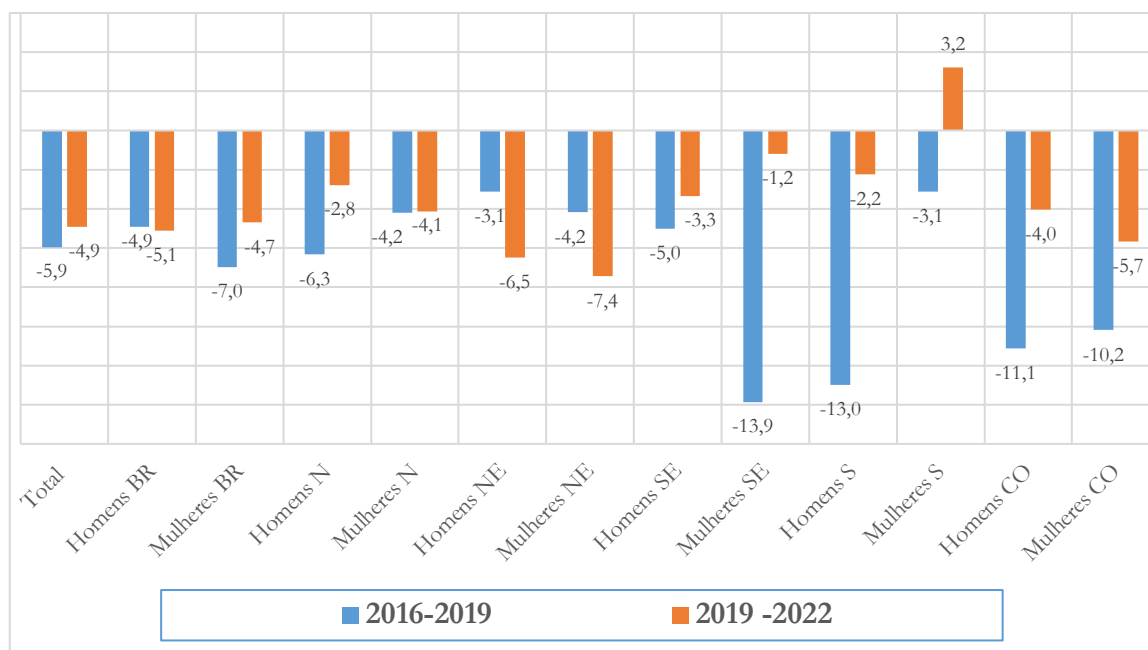
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

Finalizando a análise acerca da série de dados disponibilizados pela PNADC, apresentamos, *a título de ensaio*, duas figuras abordando a evolução das variáveis sexo e cor ou raça, elaboradas a

partir de dois distintos grupamentos de anos<sup>8</sup>. O primeiro traz dados relativos ao período 2016-2019, abrangendo os anos 2016, 2017, 2018 e 2019; o segundo, contém apenas informações de 2019 e 2022, uma vez que, como vimos, a PNADC não disponibilizou dados de 2020 e 2021. Como pode ser observado, com a repetição do ano de 2019 no segundo grupamento, temos dois períodos de quatro anos cada, ainda que o segundo contenha informações objetivas de apenas dois anos.

A Figura 4 mostra que no primeiro período (2016-2019) houve redução do analfabetismo absoluto em todos os grupos de homens e mulheres, com destaque para a queda mais acentuada entre mulheres do Sudeste (-13,9%) e homens do Sul (-13%). No grupamento seguinte (2019-2022), chamam a atenção as mulheres do Sul - única variável de sexo a ter experimentado crescimento positivo do analfabetismo absoluto em todo o período pesquisado (3,2%) -, e a maior desaceleração da queda do analfabetismo entre mulheres do Sudeste (-1,2%) e homens do Sul (-2,2%), justamente os dois grupos que, no período anterior, como mencionado, haviam se distinguido pela maior redução do analfabetismo. Destaca-se também, no segundo período de anos, a população do Nordeste, única a apresentar aceleração da redução do analfabetismo absoluto no período, na contramão da experiência do restante do país. A busca de respostas capazes de dar conta das dinâmicas apresentadas anteriormente se revelou, até onde foi possível pesquisar, infrutífera, o que descortina novos horizontes no sentido da realização de outros estudos especificamente focados nos fenômenos aqui levantados.

**Figura 4: Evolução por sexo nos quadriênios, Brasil e regiões (%)**



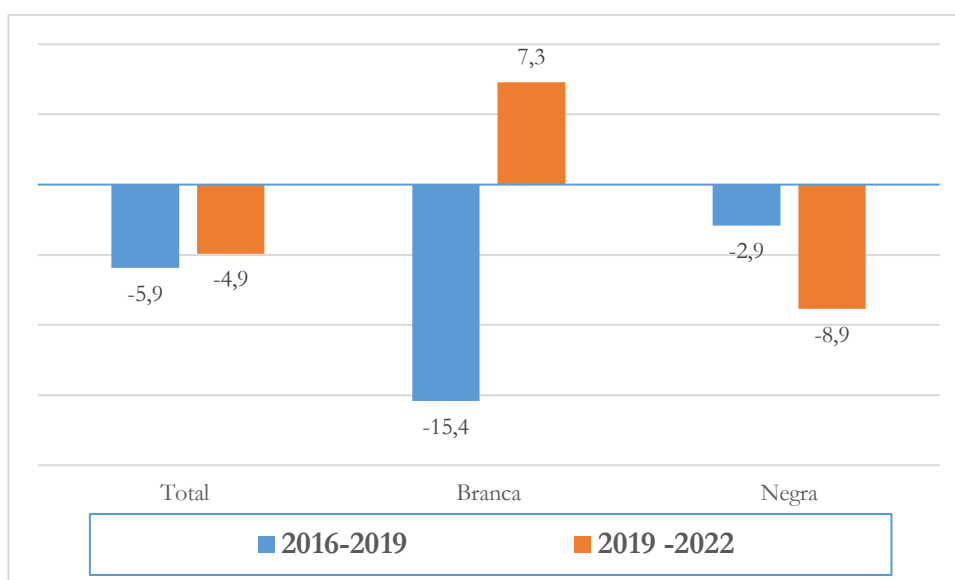
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre.

Por sua vez, a Figura 5 atesta que o primeiro grupamento de anos representou flagrante diminuição do analfabetismo absoluto tanto para brancos quanto negros, destacando-se a enorme

<sup>8</sup> Este exercício foi realizado por sugestão de Ana Maria Esteves de Souza, a quem o autor agradece o apoio.

diminuição verificada entre os primeiros (-15,4%). Por sua vez, é durante o segundo período - que coincide com os anos mais duros da pandemia ocasionada pela Covid-19 e pela assunção de governos ultradireitistas no Brasil, tanto na esfera federal quanto em algumas unidades federadas - que os brancos apresentam um acentuado aumento de sua taxa de analfabetismo absoluto (7,3%), situação mais do que inversa ao recuo percebido entre a população negra (-8,9%). Como relatado na análise da Figura anterior, a busca de possíveis explicações para estas dinâmicas não teve resultados, o que sugere novos e promissores caminhos para a realização de outros trabalhos capazes de jogar alguma luz sobre estas circunstâncias.

**Figura 5: Evolução por raça ou cor no quadriênio (%)**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

## OBSERVAÇÕES FINAIS

Chegamos ao término deste trabalho, cujo objetivo principal foi delinear um breve perfil do autodeclarado analfabeto absoluto no país, a partir da base de dados oficiais mais atualizada a respeito do assunto, abrangendo os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022. Ainda que alguns dos indicativos aqui levantados já sejam de domínio público - divulgados, sobretudo, por meio de entrevistas e comunicados à imprensa concedidos pelo IBGE, quando do lançamento do estudo PNAD Contínua - Educação 2022 (Brasil, 2023), outros, resultantes de cruzamentos e análise das variáveis disponibilizadas pelo Instituto, parecem apontar novas pistas acerca dessa parcela populacional, que, como anteriormente referido, constitui um imenso contingente desprovido do direito mais elementar no campo da educação, qual seja, o de se alfabetizar.

No momento em que todos os olhares do país se voltam para a elaboração, na forma de lei, dos objetivos e metas que guiarão o novo Plano Nacional de Educação, a ser implementado no Brasil na próxima década (2024-2034), nada soa mais oportuno que levar ao conhecimento da sociedade algumas das características básicas acerca de tais sujeitos, humanizando-os e, sobretudo,

exigindo a empatia a que fazem jus, especialmente por parte das políticas públicas a serem emanadas pelas três esferas de governo.

A proposição de múltiplas e recorrentes ações visando à *erradicação do analfabetismo*, na forma de programas e projetos especificamente voltados para este fim, já é uma nossa velha conhecida. Sem medo de exagero, podemos afirmar que este talvez seja o mais antigo e recorrente obstáculo a ser superado desde sempre na história da educação brasileira, o que, por sua vez, atesta o alto nível de ineficiência, descaso e desrespeito com que o problema - na verdade, questão vital para milhões de brasileiros - vem sendo tratado pelas múltiplas esferas de poder há séculos. Deste modo, não se pode naturalizar o não exercício, por parte de milhões de sujeitos jovens e adultos, de um direito básico, a alfabetização, lacuna esta que concorre para dar sobrevida a algo que há muito deveria ser, tão somente, página virada de nosso processo civilizatório, a injustiça social.

Foi exatamente por isso que escrevemos este artigo: com base na localização, faixa etária, sexo e cor ou raça, tentar conferir forma humana àqueles formalmente considerados analfabetos absolutos no Brasil, parcela expressiva da população que, sob qualquer hipótese, jamais poderia ter sido ignorada pelos círculos decisórios públicos.

P.S.: No período de avaliação do presente estudo, mais precisamente em 22 de março de 2024, o IBGE divulgou o banco de dados PNAD Contínua - Educação 2023 (Brasil, 2024), contendo informações acerca de 2023, ou seja, menos de um ano após a divulgação das relativas a 2022 (junho de 2023). Entretanto, no que pese o fato de a taxa de analfabetismo ter decaído 0,2% (praticamente no mesmo ritmo observado nos demais anos da amostra, iniciada em 2016), passando a abranger um quantitativo de 9.328.000 pessoas, as características básicas acerca do perfil dos sujeitos considerados analfabetos absolutos no Brasil, delineadas no artigo, permanecem inalteradas.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Educadora diz que iletrado não pode ser chamado de analfabeto*. Disponível em <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-09-08/educadora-diz-que-iletrado-nao-pode-ser-chamado-de-analfabeto>. Acesso em 22 jun. 2023.

BRAGA FILHO, José Valdir Teixeira. *O mundo comum segundo Hannah Arendt: a política da não-dominância*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2021. Disponível em [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59350/3/2021\\_dis\\_jvtbragafilho.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59350/3/2021_dis_jvtbragafilho.pdf). Acesso em 15 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Educação 2023*. 2024. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=39295&t=resultados>. Acesso em 16 abr. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Educação 2022*. 2023. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=36982&t=resultados>. Acesso em 5 mar. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022*. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano\\_nacional\\_de\\_educacao/relatori\\_o\\_do\\_quarto\\_ciclo\\_de\\_monitoramento\\_das\\_metas\\_do\\_plano\\_nacional\\_de\\_educacao.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatori_o_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf).

Acesso em 13 jan. 2024.

BRASIL. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em 24 jun. 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 24 jun. 2023.

CONAE - *Plano Nacional de Educação (2024-2034)*: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. 2024. Disponível em <https://fne.mec.gov.br/documentos/204-documentos-conae-2024>. Acesso em 1 mar. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação como desafio na ordem jurídica. In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil. A pré-escola e o direito à educação: aportes para um debate. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 28, n. 67, p. 102-131, jan.-abr. 2017.

MACEDO, Celina Maria Ramos Arruda. *Efeitos do letramento tardio sobre a organização do conhecimento semântico*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/85185/204121.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 29 jun. 2023.

OLIVEIRA, Bolivar Alves. É possível erradicar o analfabetismo absoluto no Brasil até 2024? *Estratégias do Plano Nacional de Educação II*. In: MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de; SANTOS, Robson dos (org.). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em <http://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/issue/view/502/147>. Acesso em 2 fev. 2024.

PAIVA, Jane. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11, n. 33 set.-dez. 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/JnTxCJz53HN7zKPK7JMyDR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 jan. 2024.

THE WORLD BANK. *População, total*. Disponível em [https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?most recent value desc=true](https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?most%20recent%20value%20desc=true). Acesso em 15 abr. 2024.

*Submetido em março 2024*

*Aprovado em maio 2024*



### Informações do autor

Luiz Carlos Gil Esteves

Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

*E-mail:* [luizesteves@yahoo.com.br](mailto:luizesteves@yahoo.com.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9853-3539>

*Link* Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3492574430099678>